

Revista **Toque Solidário**

Brasília - DF · Ano I · Edição nº1 · Abril de 2014

FOTO: PATRICK BARCHINI



Do lixo à inclusão

Nas mãos de cooperativas o lixo é reutilizável

Entrevista

Afonso Magalhães, subsecretário de Economia Solidária do DF fala das características deste segmento.

Panorama Cooperativo

Roberto Marazi, presidente do Sistema OCDF - Sescop / DF é pioneiro no cooperativismo do DF



A força do Cooperativismo no Distrito Federal

A Organização das Cooperativas do Distrito Federal (OCDF) nasceu em 22 de fevereiro de 1973, com o objetivo de formar uma representação política, econômica e social em defesa dos interesses das cooperativas do Distrito Federal.

Em 1997 a OCDF acoplou à sua missão a função sindical patronal. Tornou-se Sindicato e Organização das Cooperativas para defender os interesses sindicais e cooperativistas.

Em 1998, a OCDF viu nascer o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Distrito Federal (Sescoop/DF), que é o responsável pelo ensino, capacitação profissional, monitoramento e promoção social dos cooperados, de seus familiares e trabalhadores das cooperativas do Distrito Federal. Desde então, as duas Entidades atuam em conjunto, constituindo um Sistema que defende e prepara as cooperativas para atuar no mercado de forma competitiva.

Hoje o Distrito Federal conta com 184 cooperativas registradas no Sindicato e Organização das Cooperativas do Distrito Federal, totalizando mais de 150 mil cooperados. Distribuídos em 11 ramos de atividade econômica (educa-

cional, saúde, agropecuário, transporte, turismo e lazer, crédito, produção, consumo, especial, habitacional e trabalho), as cooperativas contribuem para geração de trabalho e renda que beneficia em torno de 500 mil pessoas direta e indiretamente.

Ao longo de seus 40 anos a OCDF realizou inúmeras ações em prol do cooperativismo: lutou pela aprovação de leis que beneficiam as cooperativas; realizou intercâmbios técnicos nacionais e internacionais visando à troca de experiências; lançou o "Jornal da OCDF", hoje DF Cooperativo, o site e outras redes sociais para que as informações cheguem de forma clara e objetiva aos cooperativistas; participou de feiras; celebrou parceria com as Universidades para realização e cursos de Pós-Graduação; promoveu Seminários e Congressos; realizou encontros de Secretárias, de Dirigentes, de Contadores; incentivou, de forma pioneira, o Cooperjovem nas escolas do DF; estimulou a prática de esporte com a realização do Cooperjogos que está na 14ª Edição, firmou parcerias importantes com

Sebrae, Emater, Ministério da Agricultura, SEMPES, SETRAB, UNB, SEAGRI e outras instituições; promoveu diversos cursos de capacitação para educação e profissionalização da gestão cooperativa; realizou 1º Seminário Nacional de Cooperativas Habitacionais (1992), evento que deu início à organização do ramo em todo país; realizou o Seminário Nacional de Cooperativas de Trabalho, com mais de 200 participantes de todo Brasil, cujas discussões embasaram a edição da recente lei 12.690 (julho de 2012).

Todas essas ações mostram que a OCDF sempre buscou prestar às cooperativas um atendimento diferenciado e de qualidade. A evolução e a consolidação das cooperativas brasileiras é o reflexo da construção de um cooperativismo que trouxe à sociedade do DF benefícios como moradia, produção agrícola, trabalho, crédito, saúde e tantas outras atividades. "Eu resumiria a OCDF em três palavras: união, cooperação e força de vontade de todas as cooperativas, de seus dirigentes e dos colaboradores que atuam no setor", sintetizou o presidente do Sistema OCDF - SESCOOP / DF, Roberto Marazi.

“Semeando no presente as bases do cooperativismo do futuro”



SistemaOCDF

FECOOP CO/TO - OCDF - SESCOOP/DF

40 ANOS



EVENTOS

- 6. Mulheres fazem a diferença no Cooperativismo
- 7. Rumo ao Plano Nacional de Economia Solidária

OPORTUNIDADES

- 8. Feira da Torre pede mais atenção

OPINIÃO

- 9. Políticas de Apoio à Economia Solidária

FOTO: CAMILA SCHREIBER



10 Roberto Marazi é pioneiro no cooperativismo do DF

PANORAMA COOPERATIVO

- 10. Roberto Marazi é pioneiro no cooperativismo do DF
- 12. Estilosas: Cooperativa Cadangas
- 14. Reciclando Sonhos: Cooperativa de catadores de lixo

MEIO AMBIENTE

- 16. Coleta Seletiva

FOTO: CAMILA SCHREIBER



12 Estilosas: Cooperativa Cadangas



FOTO: PATRICK BARCHINI

CAPA
Reciclando Sonhos

pg. 14



16 Coleta Seletiva

PRÁTICAS

- 25. Economia Solidária e microcrédito de mãos dadas

LEGISLAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

- 26. Organização do Trabalho Coletivo

LOJA VIRTUAL TOQUE SOLIDÁRIO

- 28. Tá a fim de vender? Inscreva-se!

FOTO: CAMILA SCHREIBER



18 Entrevista Afonso Magalhães

ENTREVISTA

- 18. Afonso Magalhães: subsecretário de Economia Solidária

CAMINHO DAS PEDRAS

- 20. Economia Solidária e ramos do cooperativismo

PONTO DE VISTA

- 21. A união faz a força

PRÁTICAS

- 22. Economia Solidária e Socialismo

Aos trabalhadores organizados coletivamente

Bem-vindo à Brasília madura! Perto de cidades milenares do velho mundo, os 54 anos de Brasília ficam parecendo idade de criança. Contudo, esta cidade amadureceu, tornou-se mais elaborada e mais refinada nas suas demandas, no seu comércio e na prestação de serviços. Os trabalhadores, atraídos pela construção da cidade, venceram a solidão, desbravaram, criaram e fundaram uma cultura, como disseram os poetas Tom Jobim e Vinícius de Moraes, na composição do texto da sinfonia de Brasília em 1960.

Ainda ecoa sonora e (quase) poética a proclamação do ex-presidente Juscelino Kubitschek no primeiro ato na futura capital em 2 de outubro de 1956: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em centro das mais altas decisões do país, antevejo essa alvorada com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino” Em meio à decisão política, Brasília foi criada para enfrentar as grandes questões nacionais e promover a modernização do país. Tornou-se, assim, prestadora de serviços para o Brasil inteiro. Com esta missão, construiu uma identidade vinculada a empregabilidade no serviço público.

Construída Brasília, assim como em todo o país, os trabalhadores, especialmente os menos favorecidos, os jovens de primeiro emprego, as mulheres e profissionais diversos, se depararam com a falta de emprego e com a exclusão. Por iniciativas associativistas e cooperativistas começaram a despertar ideias e métodos próprios para gerar renda e garantir a sobrevivência. A Economia Solidária pode ser a outra opção vocacional.

Neste aniversário de Brasília, nossa contribuição é oferecer uma publicação dedicada aos trabalhadores organizados coletivamente, dentro dos princípios de autogestão, de cooperação, de democratização, de emancipação, dos cuidados ambientais e da valorização das oportunidades surgidas nos arranjos produtivos locais. Aí está a revista **Toque Solidário** em sua primeira edição. Suas matérias têm foco nas manifestações dos empreendimentos cooperativos e solidários, na gestão, legislação, fomento e propósitos de condução da economia solidária.

Boa leitura!

Expediente

Revista Toque Solidário é uma publicação da Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal Base Brasília – Ltda. Faz parte do Programa de promoção do intercâmbio de experiências, objetivando promover o fortalecimento do cooperativismo e sua integração com os movimentos e as instituições que defendem a Economia Solidária.

Projeto gráfico, diagramação e arte:
Isabel Borba

Edição:
Teresinha Pantoja – Jornalista RP 4104 DRT/DF

Jornalistas:
Camila Schreiber
Douglas Amorelli

Colaboradores nesta edição:
Eustáquio Santos, Rosimeri Pereira, Central de Movimentos Populares – DF.

Revisão:
Luísa Dantas

Fotografias:
Camila Schreiber
Patrick Barchini

Editora:
Carcará Editora, Produções e Saber Ltda - ME

Periodicidade:
Quadrimestral (abril, agosto e dezembro)

Circulação:
Distrito Federal e Entorno

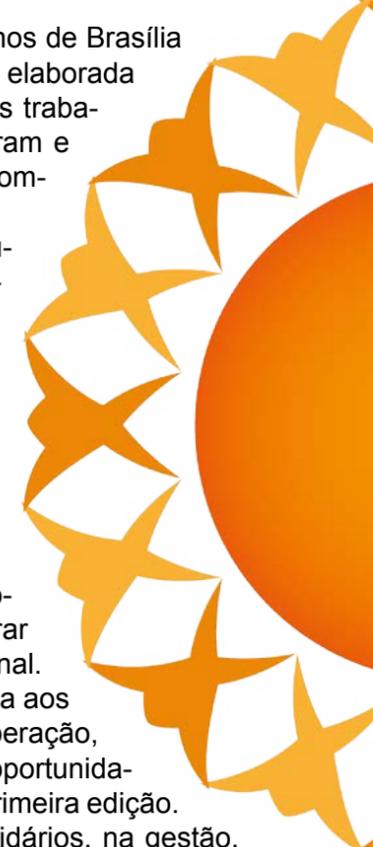
Tiragem:
10 mil exemplares

Impressão:
H.E Soluções Gráficas Ltda – ME

Endereço:
SHS - Q. 01 - Conjunto A - Lojas 36/37
Galeria do Hotel Nacional - Brasília/DF
CEP: 70.322-900

Informações:
E-mail: revistatoquesolidario@gmail.com
Site: www.ecosolbasebrasil.com.br
Telefax: (61) 3202.7550
Celular: (61) 9618.7639

Redação / Comercial:
revistatoquesolidario@gmail.com



FOTOS: CAMILA SCHREIBER



Mulheres fazem a diferença no Cooperativismo

O Sistema OCDF - Sescop / DF promoveu, no dia 5 de abril, o 2º Encontro de Mulheres Cooperativistas do Distrito Federal. O evento buscou integrar as mulheres de todas as cooperativas com palestras motivacionais, troca de experiência, dinâmicas de grupo e debates em diversas áreas.

O presidente do Órgão, Roberto Marazi, fez a abertura do evento e parabenizou as mulheres pelo trabalho desempenhado nas cooperativas. A deputada federal Erika Kokay, presente no evento, ressaltou a importância do trabalho que elas exercem e a coragem que carregam consigo.

“As mulheres têm coragem e competência para administrar. As

As fotos registram momentos do evento. Dep. Erika Kokay enaltece o trabalho de Marazi e das mulheres cooperadas.

mulheres, dentro do cooperativismo, têm capacidade de mudar o mundo”, disse a parlamentar. Representantes do Instituto Cooperforte apresentaram os programas e projetos de apoio ao associativismo.

Nos painéis de debate apresentados durante o evento tratou-se das questões de responsabilidade socioambiental e inclusão social. Para tanto, participaram a presidente da cooperativa Candangas, Maria da Páscoa, e a presidente da cooperativa Coopere, Adriana Alves Soares. Ambas falaram sobre reciclagem de materiais e o respeito ao meio ambiente.

As representantes da Cooperfênix, Raimunda Alves Ribeiro, e da Cooperativa Ecosol, Teresinha Pantoja, expuseram a questão do cooperativismo e inclusão. “É muito difícil falar de inclusão para os catadores. Nós merecíamos ser mais valorizados”, disse Raimunda. Ela entende que falta uma política de inclusão para esse segmento. A representante da Ecosol explicou os projetos da entidade para Inclusão Produtiva dos segmentos associativos.

O cerimonialista e professor mestre Rafael Presotto encerrou as atividades ministrando palestra sobre “lideranças cooperativas”. Ele apresentou às mulheres os princípios de educação, formação, informação e interesse pela comunidade da liderança cooperativista.

Roteiro

Confira alguns dos temas propostos pelo Sistema OCDF - Sescop / DF nos próximos quatro meses:

MAIO

- 5 a 9 de maio**
Relacionamento Interpessoal
- 12 a 16 de maio**
Técnicas de Negociação
- 19 a 23 de maio**
Contabilidade e Finanças
- 26 a 30 de maio**
Conselho Administrativo I

JUNHO

- 2 a 6 de junho**
Mercado de Capitais
- 9 a 13 de junho**
Cobrança e Recuperação de Crédito

JULHO

- 7 a 11 de julho**
Análise de Indicadores de Cenário Econômico e Financeiro
- 14 a 18 de julho**
Relacionamento Interpessoal e Éticas Profissionais

AGOSTO

- 11 a 13 de agosto**
Curso Básico de Cooperativismo

Para mais informações acesse: www.dfcooperativo.coop.br



Etapa preliminar da III CODES reuniu o Governo e a sociedade civil

Rumo ao Plano Nacional de Economia Solidária

A administração de Taguatinga foi palco, no dia 12 de abril (sábado), da realização da Conferência Regional Sul, uma das etapas preliminares da III Conferência Distrital de Economia Solidária da RIDE DF e Entorno (III CODES), sob o tema: Construindo o Programa Distrital de Apoio e Fomento à Economia Popular e Solidária.

O evento foi coordenado pela Secretaria de Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária e organizado por uma comissão formada por representantes de segmentos atuantes no movimento de Economia Solidária e Governo.

A mesa de abertura foi composta pelo subsecretário de Economia Solidária, Afonso Magalhães; pelo coordenador-geral de Comércio Justo e Crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária,

Haroldo Mendonça, e pelas representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Rosimeri Pereira e Daniela Rueda.

Na ocasião, Afonso destacou a importância do evento na medida em que oferece subsídios para a construção do Plano Nacional de Economia Solidária a ser consolidado na III Conferência Nacional de Economia Solidária (III CONAES). Haroldo Mendonça explicou que a I CONAES, realizada em 2006, estabeleceu estratégias de desenvolvimento da Economia Solidária e criou o Atlas dessa Economia. Já a II CONAES tratou do direito de produzir em cooperação de maneira sustentável. A III CONAES, agora em 2014, propõe construir o Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

Nesta conferência preliminar, os participantes dividiram-se em grupos temáticos e discutiram propostas de produção, comercialização e consumo sustentável; e financiamento, crédito e finanças solidárias; conhecimento, educação, formação e assessoramento; ambiente institucional, legislação e integração de políticas públicas.

SERVIÇO:

No dia 26 de abril ocorrerá a Conferência Regional Norte no Campus da UnB em Planaltina – DF e dia 3 de maio, será realizada a Conferência Valparaíso e Municípios Integrados da RIDE Sul no CESB (em Valparaíso-GO). A III Conferência Distrital de Economia Solidária acontecerá no auditório Plínio Marcos – Funarte/DF, nos dias 6 e 7 de junho. Todos os eventos acontecerão no horário das 9h às 17h.

FOTOS: CAMILA SCHREIBER



A importância do evento foi destacada pelas lideranças do Governo e por entidades da Economia Solidária.

FEIRA DA TORRE pede mais atenção

A Torre de TV foi inaugurada em 1967 e, três anos depois, surgiu a conhecida Feira da Torre. Famosa por seu artesanato, móveis de madeira, roupas e comidas típicas, sempre foi um interessante ponto turístico. No último ano, porém, a Feira mudou de local. Não mais aos pés da Torre de TV, o novo local escolhido visa mais espaço e mais conforto para os visitantes – só a praça de alimentação foi rearranjada para receber em torno de 720 pessoas. Tudo certo para os turistas, mas as visitas diminuíram. Os feirantes explicam que preferem o sábado e o domingo quando o público é maior.

Ponto da Economia Solidária

No bloco C da Feira está o ponto fixo de comercialização e base de serviços de apoio aos empreendimentos de Economia Solidária. A iniciativa faz parte

do Projeto Ações Integradas de Economia Solidária, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e pelas Secretarias de Cultura e da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária.

O objetivo é impulsionar e aprimorar o funcionamento dos empreendimentos de Economia

Solidária, proporcionando geração de renda.

Apesar de algumas atividades para dinamizar o espaço, como o “Sábado da Rede de Economia Solidária”, realizada pelo GDF para o segmento em 2013, o espaço carece principalmente de segurança e mais atenção.

Falta de divulgação é consenso



Para Sônia Lima, artesã há 25 anos, o movimento da Feira antes era maior de terça a domingo. Atualmente, apenas nos finais de semana os visitantes comparecem. Para ela, falta divulgação e eventos culturais.



José Luiz Graciano, dono de uma barraca de comidas típicas na feira, acha que o ponto é excelente, mas concorda que há falta de divulgação para atrair mais turistas.

Políticas de Apoio à Economia Solidária

A Economia Solidária (ES), é um movimento social cuja característica é a organização coletiva e autogestionária da atividade econômica. O movimento vem se fortalecendo com ações implementadas por políticas de fomento e apoio que reconhecem a existência desses novos sujeitos sociais.

A maior conquista do movimento foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, seguida pela implantação do Conselho Nacional de ES.

Uma política de ES visa garantir aos cidadãos o direito a uma vida digna, contribuir para a erradicação da pobreza, inclusão social e para a maioria de gênero e etnia. No DF, a maiorias dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são de artesanato; da agricultura familiar; de crédito - Bancos Comunitários, dos Fundos Rotativos Solidário, de cultura - produção musical, teatro, etc., e serviços dentre outros, sendo necessário políticas nas áreas de: comercialização, formação, assessoria técnica etc.

Algumas políticas podem ser citadas, como o projeto Centro de Formação em Economia Solidária - CFES, que durou três anos, atuou junto aos empreendimentos e comunidades e divulgou os princípios de ES. Hoje na sua segunda

edição, o CFES II atua na formação com outros movimentos sociais. O mapeamento de EES realizado pela SENAES/MTE concluiu sua terceira edição em 2013, com a finalidade de identificar empreendimentos que atuem de forma coletiva e autogestionária, levantando suas necessidades, conquistas, dificuldades etc. O projeto Rede de Economia Solidária e Feminista atua na formação dos EES, majoritariamente de mulheres na capacitação e organização da produção; e sustentabilidade; estratégias de informação, metodologia, comunicação e fortalecimento da rede. O projeto de Ações Integradas, da SENAES, com verba para atender a formação, produção e comercialização, tão duramente batido pelo movimento. No DF não foi executado pelos gestores do Governo, pois o prazo para sua realização terminou ano passado.

As políticas de apoio e fomento à ES vêm sendo perseguidas pelo movimento que também quer participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos, visando o aperfeiçoamento constante e a legitimação social das políticas.

Rosimeri Mello Pereira
Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno

Para anunciar é só ligar!

Dê mais visibilidade ao seu negócio

Telefones

(61) 3202.7550

(61) 9618.7639

“Sou apaixonado pelo ideal cooperativista”

Cenário

Lixo e sobrevivência dos catadores

Atualmente no Distrito Federal, segundo dados do IBGE, existem mais de cinco mil catadores que utilizam o lixo como principal fonte de renda. A mesma pesquisa apontou que a remuneração mensal variam entre R\$ 420 a R\$ 520, valor abaixo do salário mínimo estabelecido no Brasil.

As cooperativas surgem como uma tentativa de união para melhorar a qualidade de trabalho e os ganhos da profissão. Hoje, existem cerca de 30 instituições no Distrito Federal, mas apenas 1.500 catadores estão associados a alguma delas. O restante sobrevive da coleta nas ruas. O lixo vem de todos os lugares e a missão é separar o que pode ser reutilizado. O material reciclável vai para a prensa e volta para as grandes indústrias do país que, por sua vez, moem e lavam os resíduos em altas temperaturas para retirar a sujeira e utilizá-lo novamente.

Entretanto, não é só esse o destino do que é descartável. O lixo é matéria-prima para artistas da cidade. Basta uma visita em feiras de artesanato para ver que a criatividade também pode exercer um papel socioambiental muito importante.

APOIO ÀS COOPERATIVAS DE MATERIAL RECICLÁVEL

Marazi trabalha também em prol das cooperativas de material reciclável, no sentido de mostrar a importância dessa atividade. Para ele, os catadores são também agentes ambientais. “Eles protegem o meio ambiente direta e indiretamente. Essa atividade garante a sobrevivência de diversas famílias”, enaltece.

De acordo com o presidente Marazi, quase todas as cooperativas de material reciclável do Distrito Federal receberam orientação e apoio do Sistema OCDF - SESCOOP / DF. O ponto-chave é a valorização de quem está na cooperativa e o apoio à reivindicação dos principais pleitos da categoria.

Com a iniciativa do atual Governo do DF em modificar o sistema de coleta de lixo orgânico e reciclável e repassar a concorrência para a iniciativa privada, Marazi se preocupou prontamente com o desemprego e diminuição de renda dos catadores que esta medida poderia trazer. “Esta questão ainda

não está encerrada, mas o governador Agnelo Queiroz me garantiu que não haverá exclusão ou prejuízo para nenhum dos catadores”, explica.

Quando questionado sobre a diferença que o cooperativismo faz na vida de quem está na atividade e em sua vida, Marazi sintetiza em

“Cooperativas de material reciclável protegem o meio ambiente e é a sobrevivência de muitas famílias”

uma única resposta: o processo organizacional de cooperativa é o modelo ideal para que as pessoas se organizem, exerçam a democracia e façam valer seus direi-

tos de cidadão, além de terem um benefício sócioeconômico sempre positivo.

“É impressionante você ver uma família recebendo a chave de uma casa própria feita pela cooperativa, com terreno cedido pelo Governo. Quem pagou por isto foi o cidadão com seu próprio suor”, orgulha-se.

O conhecimento que Marazi adquiriu depois de passar por sua experiência o fez trabalhar para que outras pessoas não passassem pelo mesmo. Em sua gestão e em sua vida, testemunha positivamente em prol do cooperativismo.

Frente Parlamentar do Cooperativismo – Frencoop

Para Marazi, a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) tem a perspectiva de trazer o foco do parlamentar e mais atenção ao cooperativismo. Ele explica que, por meio desse diálogo fundamental com deputados e senadores, a falta de conhecimento, ou pouca informação deles e também da sociedade poderá ser minimizada. “O nosso projeto é aumentar o número de simpatizantes e comprometidos com o cooperativismo”, comenta.

Quem poderia imaginar que um trauma levaria Roberto Marazi a ser um dos maiores incentivadores do cooperativismo no Distrito Federal? Marazi, como todos o conhecem, e atual presidente do Sistema OCDF - SESCOOP / DF, entrou na atividade em 1972, quando se inscreveu em uma cooperativa de habitação. Sem conhecer o processo de trabalho, Marazi acabou perdendo um apartamento valioso na época e isso despertou seu interesse em estudar e conhecer a fundo o que hoje é sua grande paixão: o cooperativismo.

De 1972 a 1990, Marazi era diretor de uma cooperativa que construía prédios em diversas regiões de Brasília e, com o aval do seu trabalho, foi levado para atuar na OCDF. “Entre em um momento em que a entidade não era conhecida e trabalhei com o objetivo de trazer o Sindicato à tona”, conta. Para ele, faltava alguém que cumprisse a missão de representar e defender o cooperativismo com a determinação de fazer a entidade

crescer e se consolidar. Hoje, ¼ da população do Distrito Federal se beneficia com as atividades do cooperativismo, cerca de 500 mil pessoas. Atualmente, cabe à OCDF e ao SESCOOP / DF a preocupação com cooperativas de todos os ramos de atividade.

Desafio – Para Marazi, o crescimento do cooperativismo no Distrito Federal é uma realidade. As cooperativas evoluíram no sentido quantitativo e qualitativo:

o DF saiu de 20 cooperativas para 189 atualmente. Porém, após 40 anos de existência, a atividade ainda enfrenta diversos

desafios. Marazi trabalha para que o maior deles, o conhecimento da sociedade sobre o cooperativismo, seja ampliado.

“A sociedade ainda não conhece o cooperativismo, não sabe direito o que é. A visão de que uma organização dessas é assistencialista está equivocada, já que a cooperativa precisa ser vista como negócio associativo. Ela é uma empresa”, enfatiza. Ele explica ainda que a população precisa ter conhecimento sobre a busca do resultado econômico para transformação em benefício social, diferentemente das empresas de capital, que visam o lucro. Em sua visão, o cooperativismo é humano e justo, por isso seu processo encanta a todos.

“Um quarto da população do Distrito Federal, cerca de 500 mil pessoas, se beneficia com as atividades do cooperativismo”



Perfil

Roberto Marazi é natural de Belo Horizonte e mora em Brasília há 47 anos. Formado em Administração de Empresas, é Presidente do Sistema OCDF-SESCOOP/DF desde 2010. Iniciou sua carreira no cooperativismo em 1972, quando se inscreveu em uma cooperativa de habitação.

Estilosas

A cooperativa Candangas, do Arapoangas, aproveita *banners* e faixas de propaganda para dar vida às bolsas, estojos e mochilas que além de serem utilitárias, ajudam o meio ambiente.



Os produtos são vendidos em feiras ou sob encomenda e pelo [site www.candangas.com.br](http://www.candangas.com.br)

O trabalho é antigo, mas o reconhecimento veio há pouco tempo. Após receber a ajuda de um programa de televisão, a cooperativa Candangas ganhou vida e beneficia, atualmente, cerca de 17 mulheres que moram em Arapoangas, próximo a Planaltina. Funcionando apenas há quatro meses com a estrutura necessária, a presidente da cooperativa, Maria da

Páscoa, projeta um longo voo para a instituição.

Nascida em 1998, a cooperativa era formada apenas por mulheres, que, buscavam uma fonte de renda extra. O objetivo era produzir roupas que após vendidas, o dinheiro seria repartido entre as costureiras. Com a chegada da sócia Elisângela Araújo, surgiu a ideia de transformar *banners* e faixas de pro-

paganda em bolsas e derivados, como carteiras, estojos, mochilas e outros. Desde então, a cooperativa passou a produzir somente este tipo de material.

Funcionando apenas para cobrir as despesas de manutenção, a instituição estava prestes a falir quando foi aceita para participar do quadro 'Mandando Bem', do programa Caldeirão do Huck (TV Globo), que

busca incentivar iniciativas criativas e sustentáveis. Entre as principais conquistas, estão máquinas de corte e costura, equipamentos de escritório, um caminhão e material para produção.

Entretanto, para a presidente da cooperativa, Maria da Páscoa, a principal mudança, além da visibilidade, foi a marca que a empresa ganhou. "Para nós, era muito importante ter um nome. Hoje em dia todo mundo nos conhece como as Candangas", disse. Agora, todas as bolsas produzidas levam a logomarca da Cooperativa.

A confecção diária é de aproximadamente oito bolsas por dia. Para facilitar a divisão dos ganhos, o trabalho é em série: enquanto uma corta o material, outra faz a costura da base, que passa por outros ajustes e termina com o encaixe das alças e do zíper. A demanda pode mudar de acordo com os pedidos. Frequentemente, elas criam produtos para seminários e

congressos. Neste caso, como a fabricação é maior, todo o tempo de trabalho fica por conta desse tipo de serviço.

A carga horária é flexível, variando de cinco a seis horas por dia. Maria da Páscoa explica que a maioria das mulheres são donas de casa e, por este motivo, muitas vezes têm que resolver problemas pessoais e cuidar dos filhos. "Eu sou mãe, sei como é essa rotina. Sempre tem uma conta para pagar, levar criança na escola. A gente tenta ajudar todas que trazem seus problemas para cá. Se não fizermos isso, elas acabam trabalhando agoniadas e isso não é legal", justificou.

Este é o caso da cooperada Andréia Correia, encarregada pelo acabamento das bolsas. Trabalhando há cinco meses nas Candangas, ela enaltece o apoio oferecido pela cooperativa. "Aqui a gente trabalha com prazer, existe um entendimento das nossas ne-

cessidades como mãe e esposa", agradeceu. Andréia conta que, depois da reestruturação, consegue tirar aproximadamente R\$ 700 por mês, junto com as outras cooperadas.

O escoamento da produção acontece de três formas diferentes: exposição em feiras, órgãos públicos e lojas, além de encomendas. A Candangas possui um *site* capaz de ligar o consumidor final com a linha de fabricação. A administração de tudo fica por conta de Joerisson Conceição, filho mais novo de Maria da Páscoa. "A gente organiza tudo em planilhas, documentos e etc. Eu fico encarregado de várias funções para ajudar", explicou Joe, como prefere ser chamado.

Aos poucos, a Candangas vai se estruturando com os materiais que recebeu, com a gestão e com o escoamento da sua produção. Apesar da ajuda, a ideia é a mesma desde o seu surgimento: a cooperativa visa um futuro melhor para a comunidade.



FOTOS: PATRICK BARCHINI



As cooperadas produzem bolsas com *banners* doados.



Reciclando Sonhos

A associação de triagem de lixo é exemplo de sustentabilidade, gestão e promoção social. É a luz no fim do túnel encontrada pelos catadores. É assim que a coordenadora Mônica Licassali caracteriza a associação Recycle a Vida, instituição que, em oito anos de existência, carrega em sua bagagem exemplos de como a Economia Solidária pode ajudar não só as cooperativas, mas também os seus cooperados.

Criada no final de 2005, no setor de indústrias da Ceilândia, a Recycle a Vida veio com o objetivo de desenvolver conhecimentos e atividades que atendam as necessidades básicas do ser humano. A associação foi crescendo a partir de pequenas conquistas até se tornar referência na triagem de materiais recicláveis no Distrito Federal.

Com sede fixa na Ceilândia, a instituição já possui dois caminhões, uma esteira por onde passa o lixo e, recentemente, foi contemplada com uma linha de lavagem e moagem que vai aumentar a lucratividade dos catadores trabalhadores. No galpão fornecido pelo Governo, mais de 80 catadores trabalham diariamente separando garrafas, papéis, vidros, entre outros resíduos que podem ser reutilizados.

Entretanto, nem todos os cooperados trabalham no citado galpão. Cerca de 15% atuam fazendo a coleta do material nas ruas e vão à associação apenas para pesar e vender. “Para nós, o ideal era que o grupo inteiro trabalhasse aqui. Mas, infelizmente, nem todos podem vir diariamente, ou já se habituaram

com esse tipo de coleta” explicou Mônica, que deu como exemplo o caso de duas cooperadas que já têm ‘clientes’ fixos, responsáveis pela separação do lixo para elas.

Os materiais vêm de todos os lugares: órgãos públicos, outras cooperativas, dos catadores que coletam nas ruas e, recentemente, também do próprio Serviço de Limpeza Urbana (SLU). Este último trouxe mais benefícios aos catadores. Por se tratar de um volume maior de lixo, o resultado final acaba sendo elevado. Antes, cada cooperado tirava mensalmente cerca de R\$ 700 a R\$ 800 por mês. Hoje, a remuneração chega perto dos R\$ 1.000.

Essa renda é derivada das 30 toneladas de lixo semanais vendidas para empresas de Minas Gerais e do Sul do país. Tirando os custos fixos da associação - contas, salário dos funcionários e despesas de manutenção - toda a renda é dividida entre os cooperados de acordo com a assiduidade. Segundo Mônica, esse número poderia ser maior. “A demanda das empresas é muito grande. Se produzíssemos mais, teríamos mercado para vender”, explicou. A coordenadora ressaltou ao falar que sempre existem vagas para este tipo de trabalho.

Mônica Licassali - Coordenadora

com esse tipo de coleta” explicou Mônica, que deu como exemplo o caso de duas cooperadas que já têm ‘clientes’ fixos, responsáveis pela separação do lixo para elas.

Essa renda é derivada das 30 toneladas de lixo semanais vendidas para empresas de Minas Gerais e do Sul do país. Tirando os custos fixos da associação - contas, salário dos funcionários e despesas de manutenção - toda a renda é dividida entre os cooperados de acordo com a assiduidade. Segundo Mônica, esse número poderia ser maior. “A demanda das empresas é muito grande. Se produzíssemos mais, teríamos mercado para vender”, explicou. A coordenadora ressaltou ao falar que sempre existem vagas para este tipo de trabalho.

Essa renda é derivada das 30 toneladas de lixo semanais vendidas para empresas de Minas Gerais e do Sul do país. Tirando os custos fixos da associação - contas, salário dos funcionários e despesas de manutenção - toda a renda é dividida entre os cooperados de acordo com a assiduidade. Segundo Mônica, esse número poderia ser maior. “A demanda das empresas é muito grande. Se produzíssemos mais, teríamos mercado para vender”, explicou. A coordenadora ressaltou ao falar que sempre existem vagas para este tipo de trabalho.

Panorama Cooperativo

FOTOS: PATRICK BARCHINI

PROMOÇÃO HUMANA

Além de ajudar os catadores e funcionários com a renda mensal, a associação Recycle a Vida tem ações voltadas para a inclusão social e promove atividades direcionadas para a capacitação profissional dos cooperados. Um exemplo disso são as diversas oficinas oferecidas com diversos temas, como manicure e pedicure, cabeleireira, informática, costura, serigrafia e culinária. Os serviços atendiam cerca de 300 pessoas da comunidade por mês. Há três anos fechadas, as salas estão vazias por falta de instrutores para ministrarem as aulas.

Mônica Licassali também destacou outros benefícios do projeto. “Além de ser importante capacitá-los para, caso queiram, buscar outra ocupação, as aulas no salão de beleza ajudam a elevar a autoestima. Por estar trabalhando com material reciclável, às vezes o catador esquece de se olhar. Com o curso, as meninas começaram a se ver, a se gostar e viram a importância de cuidados pessoais”, disse.

AJUDA DA POPULAÇÃO

Com o lixo recebido pelo SLU, a principal dificuldade dos catadores é separar o material orgânico (restos de comida) do reciclável. Segundo Mônica, a principal ajuda poderia vir da população. “Facilitaria muito a vida do catador se as pessoas separassem o lixo dentro de casa. Além de agilizar o processo, o número de materiais aptos para a reciclagem seria maior. Os restos de alimento acabam estragando o que poderia ser reutilizado, como é o caso do papel”, concluiu.



Catadores no galpão separam diariamente papéis, vidros e outros resíduos para serem reutilizados.

Coleta Seletiva

Tudo começa dentro de casa

Marisa Simone Feliciano da Costa mora em uma quadra na Asa Norte há três anos, mas já faz coleta seletiva há cinco. Em seu endereço antigo, Marisa já tinha preocupação em separar o lixo e entregava o material a catadores de latinhas. Tanto em seu antigo endereço, na mesma região, quanto no atual, os síndicos se preocupavam em conscientizar os moradores quanto à coleta seletiva. Ela conta que a mobilização foi efetiva.

“A administração do bloco nos disse que ficaria mais fácil para as cooperativas e também para o GDF, que tem um projeto para fazer adubo com o lixo orgânico. Com isso, o meio ambiente tam-

Em fevereiro deste ano, o Governo do Distrito Federal iniciou a coleta seletiva em todas as Regiões Administrativas do DF. Antes, apenas Brazlândia, Lago Sul, Lago Norte e algumas quadras das Asas Sul e Norte contavam com a atividade do Serviço de Limpeza Urbana (SLU). A intenção do governo é coordenar, lado a lado, as coletas convencionais e seletivas em áreas urbanas e rurais.

A coleta seletiva é uma iniciativa que ajuda o meio ambiente, a saúde e a economia da cidade – como redução de custos de limpeza e também, aprimora a educação. Com a separação de materiais como plástico, papel, metal e vidro, há ainda a possibilidade de reciclagem e geração de trabalho e renda para catadores. O processo até os benefícios chegarem, de fato, aos catadores e a população é longo e envolve muitas pessoas, todos conscientes e comprometidos consigo, com o próximo e com o meio ambiente.



Marisa Simone mostra a separação do lixo na prática.

bém nos agradece”, explica. Para ela, que tem uma filha pequena, a coleta ajuda na conscientização dentro de casa. A filha menor já aprende onde deve colocar o lixo que será aproveitado.

Marisa também reconhece a importância da coleta seletiva para os catadores. Para ela, é um ganho de tempo inestimável. “Se todo mundo tiver a consciência e o conhecimento dos materiais que a gente pode reciclar, seria muito mais fácil. Acho que a minha ajuda é muito importante. Eles estão economizando tempo. Se antes reciclavam apenas 20% e com dificuldade, vão conseguir reciclar muito mais e terão o tempo mais produtivo”, comenta.

O outro lado

A adesão da prática em residências ou locais de trabalho ainda não está na sua totalidade. Muito lixo orgânico chega ao lixão da Estrutural – que será desativado em breve – misturado com os materiais recicláveis. Isso dificulta a vida dos catadores e não cumpre com o principal objetivo da coleta seletiva: ajudar ao meio ambiente e à todos.

Adriana Alves Soares é catadora há 16 anos e preside a Coopere – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, representando 668 profissionais no ramo. Para ela, desde que o programa do GDF foi implementado, o trabalho no aterro da Estrutural foi facilitado e gerou mais renda e oportunidade para os catadores. Entretanto, ainda deixa muito a desejar.

“Ainda tem que melhorar, e muito. Chega bastante lixo separado, mas muito orgânico misturado também. O cuidado ainda é pouco, temos contato até com lixo hospitalar aqui. Isso não devia acontecer nem na parte de coleta normal, muito menos na seletiva”, conta.

Do caminhão que chega do Cruzeiro Velho ao aterro, Adriana e outros catadores iniciam o trabalho rapidamente para não perder nada. A mistura de materiais recicláveis e orgânicos é evidente.

“Acho que os moradores têm que fazer mais. Todo mundo tem



Muito lixo orgânico chega ao lixão da estrutural, misturado com materiais recicláveis. Isso dificulta o trabalho dos catadores.

que ajudar de um jeito, da mesma forma que fazemos aqui para separar os materiais e fazer a reciclagem”, opina.

Moisés de Jesus Ferreira foi catador durante 10 anos e, atualmente, é motorista de uma empresa dentro do aterro. Em sua experiência, teve que parar com o serviço por conta de sua saúde. Ele conta que o trabalho é muito puxado. “Tive que parar o meu trabalho por conta da saúde. Estava sempre embaixo de sol e chuva, como muitos catadores ficam aqui. É uma atividade essencial e a seleção, começando pelos os moradores, ajuda muito aos trabalhadores daqui. Quem faz coleta seletiva deve levar isso em consideração”, comenta.

A recomendação de Marisa para quem ainda não realiza coleta seletiva é simples: faça. “O futuro e o meio ambiente agradecem, as

crianças vão agradecer e nós ainda estamos ajudando a quem vive e depende disso”, ressalta.

Adriana e muitos outros trabalhadores que estão hoje no aterro da Estrutural realizando este serviço essencial para a sociedade e para o meio ambiente apreciam atitudes de pessoas que fazem a coleta seletiva. Faça sua parte também!

Saiba Mais

Quer saber em quais dias e horários o caminhão da coleta seletiva passa na sua Região Administrativa?

Acesse www.slu.gov.br/rotas-coleta-seletiva.html, clique no nome da sua cidade e participe da rota da coleta por um mundo melhor!

“Na Economia Solidária os trabalhadores se organizam e decidem”

No mesmo ano da criação da Secretaria de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária, em 2011, Afonso Magalhães assumia como subsecretário. A formação em Economia e a experiência com a modalidade solidária o levou a participar de diversas mudanças nas leis e criação de novas que buscam, constantemente, o fomento e o desenvolvimento na alternativa de Economia Solidária para geração de oportunidade e renda.

Qual é a principal diferença entre a Economia Capitalista e a Economia Solidária?

A diferença fundamental está no conceito de trabalho associado. Na Economia Capitalista, o trabalhador é subordinado ao patrão e, na Solidária, o empreendimento coletivo tem características de cooperação e associação, tendo como principal pilar a autogestão. Na Economia Solidária, os próprios trabalhadores se organizam e decidem o que produzir, bem como a forma de distribuição de resultados.

Como o governo auxilia na prática da Economia Solidária?

Nós fazemos uma interseção com as atribuições da Secretaria

“A Economia Solidária é uma oportunidade de geração de trabalho e renda para todos”

de Trabalho do Distrito Federal e procuramos atuar em parceria. Participamos do Conselho de Cooperativismo e desenvolvemos projetos com recursos orçamentários para bancar custeio de atividades, de formação, de capacitação e de assistência técnica à dinâmica de trabalho do cooperativismo e da economia solidária. Fazemos, ainda, algumas atividades em conjunto para propiciar o acesso ao microcrédito. Hoje, temos uma legislação específica para a agricultura familiar, onde vemos a presença forte da Economia Solidária e estamos tentando trazer alguns programas que beneficiam a agricultura para o meio urbano também. Assim, podemos criar uma reserva de mercado para os empreendimentos, no intuito de poder acessar esse mercado que a agricultura já ingressa.

Quais são os avanços em relação à coleta seletiva para as cooperativas?

O nosso foco é na organização dos catadores. Nos avanços, temos de citar outra Secretaria, que é a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest). Ela atua por meio de recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária e são desenvolvidos projetos de formação e

capacitação para os catadores. Para que eles possam acessar as políticas públicas, é necessário uma organização em cooperativas e associações. A política nacional está atribuindo um novo significado ao trabalho dos catadores e novos conceitos em torno da atividade que eles exercem. Em um empreendimento de Economia Solidária e precisa ter uma divisão de tarefas, fazer um controle administrativo e gerencial, além de abrir espaços para inovações e tecnologias. É um grande desafio.

Qual a vocação do DF para desenvolver a alternativa de Economia Solidária?

Por enquanto é o artesanato, mas queremos diversificar para outras áreas, como o vestuário, a alimentação e a agricultura familiar. Procuramos a possibilidade de produzir em grande escala e ter mercado pra vender para o empreendimento poder se viabilizar.

Nacionalmente, é explorado o trabalho com resíduos sólidos, a agricultura familiar, além da própria atividade artesanal. Estamos construindo um projeto de lei na Câmara dos Deputados para reconhecimento de empreendimentos de Economia Solidária como um sujeito de direito, assim como ocorre com a parceria público-privada, por exemplo. Queremos com isso acessar com mais facilidade as políticas públicas e, assim, diminuir a dificuldade na questão tributária. Com todo esse avanço, a sociedade civil vai ter a opção de participar de um

coletivo de trabalhadores ou ainda gerir junto com seus colegas o destino de empreendimento. Com acesso a fundos de apoio e fomento, isso vai incentivar àqueles que admitem que podem crescer junto com o trabalho cooperado.

De que outra forma a Economia Solidária pode expandir além do artifício das leis?

A oportunidade surge na medida em que existe um desemprego estrutural, principalmente no público jovem que compõe esse quadro, entre diversos exemplos. Em um panorama geral, qualquer pessoa de qualquer idade é um potencial na Economia Solidária com o foco na geração de trabalho e renda no conceito de cooperação e de trabalho não subordinado.

“O acesso à fundos de apoio e fomento vai incentivar àqueles que admitem que podem crescer junto com o trabalho cooperado”

FOTO: CAMILA SCHREIBER



Afonso Magalhães

Subsecretário de Economia Solidária do DF

Afonso Magalhães é originalmente Analista do Banco Central e formado em Ciências Econômicas.

Trabalhou na Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego durante quatro anos e se familiarizou com a política pública e os conceitos da atividade.

Explicando a Economia Solidária

A Economia Solidária é regida por valores como autogestão, democracia, cooperação e justiça. A prática promove a integração entre diversos grupos sociais e garante renda para muitas famílias no Brasil.

ORIGEM

A Economia Solidária é um movimento amplo, cujas raízes históricas se encontram nas ações e nas lutas de organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento dinâmico que se fortalece e se organiza cada vez mais e que começa a contar também com apoio de governos.

PRÁTICA

A Economia Solidária está se espalhando pelo país inteiro. Encontra-se em associações, cooperativas, clubes de troca, redes, na agricultura, em grupos de costureiras, de catadores e muito mais. São diversos empreendimentos vendendo, comprando solidariamente e gerando trabalho e renda.

PARTICIPAÇÃO

Juntando-se a um empreendimento já existente – uma cooperativa ou associação, por exemplo – para produzir, vender comprar ou conseguir crédito, pode-se apoiar a criação de novos empreendimentos e participar de Fóruns e Feiras de Economia Solidária.

INFORMAÇÕES

Para mais informações, documentos e notícias, visite o site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES):

www.fbes.org.br

Para conhecer mais a Economia Solidária no Brasil, acesse o portal do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária:

www.sies.mte.gov.br

Para saber sobre as ações do Governo Federal em prol da atividade, acesse o portal do Ministério do Trabalho e Emprego:

www.mte.gov.br

Fonte dos conceitos: Outra Economia Acontece - Publicação de campanha do MTE / SENAES / FBES

Ramos do Cooperativismo

A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) estabeleceu os ramos do cooperativismo baseados nas diferentes áreas em que atua. As atuais denominações dos ramos foram aprovadas pelo Conselho Diretor da OCB, em 4 de maio de 1993:

RAMO AGROPECUÁRIO

Reúne produtores rurais, agropastoris e de pesca.

RAMO DE CONSUMO

Atender a funcionários de empresas ou a comunidade.

RAMO DE CRÉDITO

Atua no crédito rural e urbano. Facilita o acesso dos associados ao mercado financeiro com melhores condições que as instituições bancárias tradicionais. Possui três sistemas - Sicredi, Sicoob e Unicred - e dois bancos cooperativos - Bansicredi e Bancoob.

RAMO EDUCACIONAL

Pais de alunos ou professores formam e administram as escolas cooperativas promovendo a educação.

RAMO ESPECIAL

Fundamentado pela Lei 9.867/99, este ramo se constitui de cooperativas

formadas por pessoas em situação de desvantagem, como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em situação de vulnerabilidade familiar, econômica, social ou afetiva.

RAMO HABITACIONAL

Viabiliza moradia aos associados. Seu diferencial é a construção de habitações a preço justo, abaixo do mercado, pois não visam ao lucro.

RAMO DE INFRAESTRUTURA

Cooperativas de eletrificação rural. Este ramo existe desde 1941 e atende principalmente às pequenas e médias propriedades rurais.

RAMO MINERAL

Atua na pesquisa, extração, lavra, industrialização, comércio, importação e exportação de produtos minerais.

RAMO DE PRODUÇÃO

Estimula o empreendedorismo e a produção de bens e produtos.

RAMO DE SAÚDE

Reúne profissionais especializados na promoção da saúde.

RAMO DE TRABALHO

Profissionais de atividades afins para a prestação de serviços.

RAMO DE TRANSPORTE

Transporte de carga e passageiros-táxis e vans inclusos. É desmembramento do ramo do trabalho.

RAMO DE TURISMO E LAZER

Visa a prestação de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, esportes e hotelaria.



A união faz a força

A solidariedade é um costume arraigado em nossa cultura. Nas primeiras ocupações, os agricultores pátrios recorriam ao mutirão à época do roçado, no plantio, na capina, na colheita e aí era festa onde a vizinhança se achegava para desfrutar do resultado do plantio.

A construção da casa, de uma estrada, de uma ponte ou de benfeitorias que demandassem construção rápida ou de vulto, a vizinhança novamente se juntava no mutirão; ontem na casa do João, hoje na roça do José, amanhã na cerca do Pedro. Nos tempos modernos, as pessoas têm se agredado em cooperativas sejam de

produção, de consumo ou de comercialização.

Sozinho, quem produz não tem escala para ir ao mercado, não tem recursos para adquirir o trator ou o caminhão. Já juntos podem negociar melhor preço nas compras de insumos e equipamentos para a lavoura ou para a fábrica. A cooperativa, como instrumento de promoção de trabalho e renda, tem se mostrado um bom caminho para trabalhadores de áreas diversas.

Os catadores de materiais recicláveis vêm ampliando a recuperação de materiais que uma vez reenviados à indústria propiciam redução de custos na produção e

de impacto na natureza.

Brasília tem casos de sucesso de cooperativas de profissionais, como a Cooplem Idiomas, de professores, a Unisaúde/DF, de profissionais da saúde, a Coopersystem, de profissionais de informática e muitas outras.

Como diz o dito popular: uma mão lava a outra e as duas lavam a cara. Simples assim, essa Economia Solidária se expande e, para superação de crise de empregabilidade, cria novas oportunidades de geração de trabalho e renda num sistema de autogestão.

Eustáquio Santos
Presidente da Cooperativa ECOSOL Base Brasília



3º SALÃO
de Negócios da Acessibilidade Reabilitação e Inclusão Social



SEMINÁRIOS CURSOS
OFICINAS DEBATES
SHOW CULTURAL

FEIRA INCLUSIVA
OPORTUNIDADES
E NEGÓCIOS



19 a 21
Setembro
2014

10h às 20h
Pátio Brasil
Shopping

O evento: Feira inclusiva para inserção econômica e social de pessoas com deficiência e sua incorporação no processo produtivo, com repercussão na geração de renda e numa mudança da sociedade para a percepção e respeito às questões relativas aos direitos das pessoas com deficiência. Sua programação consta de: a) espaços de conhecimento com debates, reflexões, intercâmbios, cursos, palestras, oficinas, exposição e demonstração de trabalhos e práticas nas áreas de acessibilidade, reabilitação e inclusão; b) feira e comercialização de produtos e serviços para as demandas das pessoas com deficiência; c) ações culturais, esportivas, turísticas, de bem-estar e acesso aos serviços de utilidade pública.

Homenagem: Durante o evento serão desenvolvidas atividades celebrando o "Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência" (21 de setembro), criado em 2005, pela lei nº11.133, com a intenção de que a pessoa com deficiência tenha seu lugar na sociedade, no mercado de trabalho, com inclusão social e, assim, vencendo obstáculos e preconceitos.

Público: Associações, cooperativas, governo, empresas, gestores, empreendedores e profissionais interessados na questão da acessibilidade, reabilitação e inclusão social, pessoas com deficiência, familiares e amigos.

Estimativa de público: 20 mil pessoas **Abrangência:** Nacional

INFORMAÇÕES E RESERVAS

Telefones: (61) 3202.7550 ou (61) 9618.7639

E-mail: salaoacessibilidade@gmail.com



Economia Solidária e Socialismo

A crise terminal do sistema capitalista mundial deu passagem a formas alternativas de transição no processo de construção do modo de produção socialista. E o instrumento que tem se afirmado com maior poder de coesão política e social para assegurar essa travessia é a Economia Solidária.

Nos elos mais fracos da cadeia dominada pelo império do capital em todo o Planeta - como na Grécia nos últimos anos, na Argentina, em 2001, ou na Venezuela sob o calor da Revolução Bolivariana, só como três exemplos - a Economia

Solidária tem sido a opção escolhida - ainda que empiricamente - para mitigar a crise econômica, seja por meio das moedas sociais, seja pelas empresas recuperadas sob a direção dos trabalhadores em autogestão, seja com o desenvolvimento comunal e endógeno.

Funcionando com roupagem própria e pragmática, como uma forma de "programa de transição", a Economia Solidária tem o condão, não só de mobilizar trabalhadores em situação de desemprego ou desemprego iminente, como de agregar outros atores da sociedade e do mundo produtivo e do trabalho (técnicos, servidores públicos, micro e pequeno empresários, empreendedores individuais etc.), numa grande frente social em condições de pavimentar uma etapa

de contra-hegemonia às forças do capitalismo.

Nesse processo, o papel do Estado e das políticas públicas torna-se vital para a afirmação do ciclo da Economia Solidária. De fato, a consolidação de um sistema de Comércio Justo, de tratamento diferenciado e favorecido aos EES (nas áreas tributária e das compras públicas, como ocorre atualmente para micro e pequenas empresas e empreendedores individuais), de um sistema próprio de finanças solidárias e de assistência técnica só é possível como apoio estatal, o que remete à construção de um marco legal que amplie e generalize as prerrogativas já conquistadas por segmentos específicos, ramos de atividade que atuam com base nos conceitos da Economia Solidária: agricultura familiar, catadores de resíduos sólidos e construção civil (moradia popular).

A base legal proposta atualmente é o PL 4685/2012, cuja transformação em lei daria conta de sustentar essa transição para o modo de produção socialista, na medida

em que se combine com a integração dos processos em diferentes quadrantes do mundo, especialmente na América Latina.

De fato, não há processo de avanços consistentes e mudanças históricas na base econômica, social, cultural, tecnológica e política da sociedade sem integração mundial. Assim foi com o modo de produção capitalista e assim é com o modo de produção socialista, sendo inviável, portanto, qualquer intento de instituir formas de "socialismo num só país". Para tanto, há que fortalecer pequenos e grandes projetos e plantas produtivas em todos os ramos da atividade econômica. É equivocado olhar a Economia Solidária restrita a pequenos empreendimentos ou só por redes de pequenos empreendimentos. Grandes plantas produtivas, grandes cooperativas de produção agropecuária, em autogestão, podem e devem ter um peso na composição do produto e da renda do país.

O SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

Economia Solidária em Cuba

Em uma situação diferenciada, a República de Cuba recorre ao instrumental da Economia Solidária para mitigar os efeitos do bloqueio econômico imposto pelos EUA há 52 anos.

Dificuldades de crédito em divisas, de acesso a mercados e à logística do comércio internacional levaram o governo cubano a apostar na Economia Solidária como instrumento de geração de trabalho e renda principalmente no meio urbano, eis que, no campo, já funcionam há mais de duas décadas as UBPCs (Unidade Básica de Produção Cooperativa).

Em Cuba, a identidade Economia Solidária e socialismo se dá na prática, na medida em que as relações capitalistas mundiais incidem aí como obstáculo indireto, visto que os meios de produção estão sob propriedade do Estado. Sendo assim, os EESs cubanos integram as cadeias produtivas da economia estatal e não com empresas privadas, criando mais facilmente um mercado social que em economias hegemônicas pelo Capital só pode se concretizar em espaços específicos e protegidos por políticas públicas claramente definidas.

ria - tem captado uma redução do peso numérico das empresas recuperadas, e dos trabalhadores que elas incorporam, no total de EESs. Isso se deve a questões conjunturais, eis que as empresas capitalistas observaram um crescimento nos últimos 14 anos, sustentado no mercado interno e em nichos do mercado internacional, fornecendo um fôlego para o crescimento empresarial privado (onde se inclui a chamada "burguesia nacional") e seu processo produtivo baseado no trabalho subordinado, na exploração da mão de obra assalariada e geração da mais-valia.

Ampliar e diversificar a base quantitativa e qualitativa dos EESs no Brasil é uma necessidade, diante dos indicadores do SIES que apontam os ramos da agricultura familiar, catadores e artesana-

to como predominantes entre os EESs, posto que, juntos, chegam a 80% do total.

O efeito indireto da redução do peso das empresas recuperadas também incide negativamente na construção de uma política de classe, na medida em que reduz o peso da classe operária no movimento da Economia Solidária, restringindo-o ao perfil camponês e aos segmentos urbanos que se encontram na franja da classe trabalhadora organizada.

Economia Solidária na Venezuela

O processo revolucionário na Venezuela tem favorecido sobremaneira o crescimento da Economia Solidária.

A despeito de predominar no PIB do país a monocultura do petróleo, após a radicalização popular propiciada pelo fracassado golpe fascista de abril de 2002, o governo criou o MINEP - Ministério da Economia Popular - transformando-o mais recentemente em Ministério das Comunas e Movimentos Sociais, acompanhado da criação de fundos de fomento, banco do povo (eixo da criação de um sistema microfinanceiro), programa permanente de formação e capacitação, dentro de uma estratégia de construção de um sistema econômico socialista. Indo ao encontro dessa nova geometria institucional, o Presidente Chavez já havia formulado a proposta da criação de “cidades socialistas”.

Na Venezuela, as políticas públicas de apoio e fomento à Economia Solidária, ao desenvolvimento endógeno, sustentável e humanista e a construção de uma economia social são a ponte para o futuro socialista do país.

Lá não houve recuo político na estratégia de “uma disputa de projeto global socialista” para o “espaço territorial”. Ao contrário, o recuo para o “território” representa tão somente uma tática dentro de um movimento estratégico de diversificar a capacidade produtiva do país em bases não capitalistas, organizando o povo para esse salto de qualidade a partir de cada território.

Assim, a renda petrolífera venezuelana destina-se a fomentar o crescimento da Economia Solidária “de baixo pra cima”, criando estruturalmente as condições para um salto de qualidade em direção ao

socialismo.

É uma estratégia a se discutir nas condições específicas para o Brasil, onde a Economia Solidária ainda patina nos limites da compenetração com o sistema capitalista, funcionando na franja deste e onde a ‘visão territorial’ ainda não deu conta de pavimentar um norte estratégico ‘não capitalista’.

Esse fator limitante se dá pela precariedade das alianças das forças populares do campo e da cidade, bem como do baixo nível de integração dos diversos setores e segmentos dos movimentos sociais e populares (saúde, educação, moradia, cultura, negritude, mulheres, pessoa com deficiência, LGBTT etc.), bem como da fragilidade na integração entre diferentes organismos dos governos locais de esquerda, bem como em nível de governo federal.

Contribuição da Central de Movimentos Populares-DF para a III Conferência Distrital de Economia Solidária

“No Brasil, a Economia Solidária ainda patina nos limites da compenetração com o sistema capitalista, funcionando na franja deste e onde a ‘visão territorial’ ainda não deu conta de pavimentar um norte estratégico ‘não capitalista’.”

Economia Solidária e microcrédito de mãos dadas



FOTO: DIVULGAÇÃO

Perfil

Max Coelho é economista e especialista em microfinanças há mais de dez anos. Ele utiliza o conhecimento para pensar em ações e alternativas para prestar serviços e dar oportunidade a grupos vulneráveis.

Trabalha há mais de dez anos como voluntário em uma Organização Não Governamental e já consolidou um projeto de microcrédito na Cidade Estrutural. Faz ainda empreendedorismo social.

Já foi para a Ásia e Timor Leste para conhecer projetos pilotos. Isso fortaleceu sua proximidade com o microcrédito e com os grupos de Economia Solidária.

Atuou como subsecretário de microcrédito no GDF e já coordenou a Política Nacional de Microcrédito no Ministério do Trabalho e Emprego.

O microcrédito é oferecido para micro e pequenos empresários com uma metodologia diferenciada. Em uma visão ultrapassada, há o entendimento de que o microcrédito valorizava apenas o capitalismo e que essa iniciativa se chocava com a Economia Solidária. Após trabalhar quase três anos na Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo, o especialista em finanças Max Coelho pode afirmar que sim, é possível que o microcrédito seja uma alternativa para fortalecer grupos solidários e andar de mãos dadas com a Economia Solidária.

Em seu trabalho no Governo, Max percebeu que é possível pensar em políticas públicas que favoreçam o empreendedorismo, a iniciativa individual e a solidária. No Ministério do Trabalho e Emprego, uma experiência marcante o fez lançar um programa de extrema importância para o avanço do microcrédito no Distrito Federal.

GOVERNO E EMPREENDEDORISMO

De acordo com Max, o governo também ganha quando investe no empreendedor individual. Ele explica que, anteriormente, o foco era apenas na geração de emprego com carteira assinada. Hoje, com o crescimento e a consolidação de práticas de Economia Solidária, são pensadas soluções para o fortalecimento desses segmentos. “Hoje, o maior gerador de emprego no Distrito Federal é o da micro e pequena empresa. Todos acham que é o setor público, mas este cria apenas 22% dos empregos”, revela.

Antigamente, o cooperativismo era chamado de economia marginalizada ou subterrânea. Hoje, para o Estado, já está muito clara a participação dessa prática na vida produtiva e econômica na região. “O Estado precisa fomentar essas iniciativas porque elas têm um papel enorme na geração de oportunidade de trabalho. Assim, você reduz a desigualdade”, explica Max.

Funger – Max acredita que, para fortalecer o segmento, o cooperativismo deve se encaixar dentro do Conselho do Fundo para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal (Funger/DF).

Max conheceu, no Estado do Ceará, o Instituto Palmas, que tem como objetivo difundir as práticas de Economia Solidária do Banco Palmas, banco comunitário que tem sua própria moeda social. A lógica, em segmentos coletivos, fortalece os empreendimentos individuais e está voltado para a inclusão social.

A partir disso, ele trabalhou para a criação do Programa de Microcrédito do DF, o Prospera. Este programa já caminha para mais de R\$ 15 milhões de reais emprestados. “Hoje, boa parte do Prospera é formado por grupos solidários com pessoas que acreditam umas nas outras. Mesmo com empreendimentos individuais, o investimento é coletivo”, esclarece Max. Para ele, abraçar essas propostas e colocar programas como esse na rua é essencial para apoiar tanto o microcrédito quanto as cooperativas. “Muitos dizem que eu abri as portas do GDF para eles. Eu só não entendia porque não tinham aberto antes”, brinca.

Trabalhadores se organizam coletivamente para gerar renda e transformar suas vidas

Criada no final de 2012, a Lei número 4.899 do DF assegurou a Política Distrital de Fomento à Economia Popular e Solidária. Ela representa mais ações públicas voltadas para a população trabalhadora de baixa renda e em vulnerabilidade social, além de auxiliar na criação, o desenvolvimento e a consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

O subsecretário de Economia Solidária, Afonso Magalhães, avalia a importância da iniciativa para este segmento econômico. “Quando se estabelece uma legislação que incorpora e apoia a nossa pasta, você caminha na perspectiva de que nada pode ser alterado”, afirmou. Ele também listou alguns benefícios para as instituições. “Auxilia a buscar um financiamento,



FOTO: CAMILA SCHREIBER

“Uma Lei que defende Economia Solidária é importante para a sociedade”
- Dep. Federal Erika Kokay

acessar recursos para expandir a cooperativa, além do apoio técnico para realizar esta gestão”, concluiu.

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) analisa a atividade de cooperativismo como fundamental para resgatar a função do cidadão

cooperado. “As pessoas se organizam coletivamente para poder estabelecer suas formas de geração de renda. Com isso, elas resgatam uma condição que todo ser humano tem: a de transformar as suas vidas”, destacou.

Como componente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a deputada associou o cooperativismo ao tema. “Nós precisamos incorporar, nesta política, o segmento dos que são mais vulnerabilizados, ou que tem mais violação de direitos. A Economia Solidária é um instrumento capaz de gerar empregos para as pessoas que estão mais necessitadas, rompendo com a fome e a miséria. Uma lei que defende esse direito é de extrema importância para a sociedade”, finalizou.

A organização do trabalho é o ponto forte da cooperativa

O cooperativismo brasileiro é regido pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

A cooperativa fundamenta-se na Economia Solidária. É uma sociedade de natureza civil, formada por no mínimo 20 pessoas. Essas pessoas se unem por intermédio de um empreendimento coletivo e democraticamente gerido, com o objetivo de criar

trabalho e renda aos seus sócios.

Por se tratar, ao mesmo tempo, de uma associação de pessoas e também um negócio, a cooperativa deverá equilibrar essa dupla característica: o aspecto social e o econômico, para conseguir o desenvolvimento do ser humano, das famílias e da comunidade, dentro de uma alternativa econômica com fins sociais e econômicos.

A vantagem da cooperativa é a organização do trabalho. Do ponto de vista fiscal não há diferença entre os impostos que incidem

sobre produtos vendidos por uma cooperativa ou por uma empresa mercantil. Contudo, os possíveis benefícios fiscais, até que se conquistem, são secundários, se o empreendimento coletivo se viabilizar a partir da união das pessoas.

No Brasil existem cooperativas destacadas em setores da economia, todas representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nacionalmente e pelas organizações estaduais (Oces) nas unidades da federação.

Informe-se

A Lei 4.899, de 8 de agosto de 2012, instituiu a Política Distrital de Fomento à Economia Popular e Solidária para se integrar a estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais.

O objetivo é incentivar os empreendimentos econômicos solidários, bem como a criação de novos grupos e sua integração a redes associativistas e cooperativistas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços.

Acompanhe

PL 4685: Marco Legal da Economia Solidária

O PL 4685/2012 dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos Econômicos Solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

O Projeto de Lei 4685 está no Congresso Nacional desde novembro de 2012 e tramita na Câmara dos Deputados.

Este PL foi proposto pelos deputados Paulo Teixeira (PT/SP), Eudes Xavier (PT/CE), Padre João (PT/MG), Luiza Erundina (PSB/SP), Miriquinho Batista (PT/PA), Paulo Rubem Santiago (PTD/PE), Elvino Bohn Gass (PT/RS) e Fátima Bezerra (PT/RN).

Para acompanhar a tramitação e o teor do texto acesse:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWebfichadetramitacao?idProposicao=559138>

Conheça

O Decreto nº 3.017 de 6 de abril de 1999 aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, criado pela Medida Provisória no 1.781-7, de 11 de março de 1999, com personalidade jurídica de direito privado, composto por entidades vinculadas ao sistema sindical.

O SESCOOP foi criado para organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional, além de operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

A criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) conquistou espaço no cenário nacional também por meio de atuação junto ao poder Legislativo especialmente com o trabalho realizado com a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop).

Tá a fim de vender?

Ecosol cria loja virtual para mostrar trabalhos de empreendimentos de Economia Solidária

Você já pensou em vender na *internet* o que seu grupo produz? No Distrito Federal, a Cooperativa Ecosol Base Brasília traz esse projeto por meio da loja virtual Toque Solidário (www.toquesolidario.com.br).

No espaço *online*, cooperativas, associações, grupos produtivos, redes de produção, clubes de troca e demais trabalhadores organizados coletivamente poderão divulgar e comercializar produtos e serviços. Assim, a comunicação entre os empreendimentos e os compradores será cada vez maior.

A loja virtual Toque Solidário é uma proposta da Ecosol Base Brasília para promover atividades de geração de renda, fortalecendo as práticas e os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, além de ampliar acesso ao mercado.



Sua produção em boas mãos



Dica!

O empreendimento não paga para ter seus produtos na loja!

O que vender?

Artesanato, acessórios, decoração, moda e tudo que se encaixar no negócio solidário.

Como Participar?

Interessados devem entrar em contato pelo e-mail: lojatoquesolidario@gmail.com

A loja online Toque Solidário é um espaço gratuito e realiza a interface entre os empreendimentos e os compradores de produtos e serviços, visando estimular, apoiar e fortalecer a geração de trabalho e renda por meio da ampliação do acesso ao mercado. Para mais informações de como participar acesse o nosso site!



CLASSIFICADOS

Para anunciar: revistatoquesolidario@gmail.com Telefax: (61) 3202.7550



Cadastre seu produto ou serviço!

Telefax: (61) 3202.7550

lojatoquesolidario@gmail.com

Sua empresa aqui.

Anuncie!

Telefax: (61) 3202.7550

revistatoquesolidario@gmail.com

CANDANGAS

Linha de bolsas e acessórios ecológicos

Quem quiser doar banners às costureiras das CANDANGAS ou comprar produtos, pode visitar a própria sede ou entrar em contato.

ENDEREÇO

Quadra 8, Conjunto I, Lote 3
Área Central, 73370-100
Arapoanga - Planaltina / DF

CONTATO

contato@candangas.com.br
Telefone: (61) 9260.9340
www.candangas.com.br



SIG Q. 8 - Lote 2265
Parte D - Térreo
Brasília / DF
CEP: 70.610-480

FONE/FAX: (61) 3344.9978 E-MAIL: hsolucoesbsb@gmail.com



Selo
REDE MULHER
de Economia Solidária

Artesã

Aqui você tem reconhecimento,
valorização e autonomia

Saiba mais:
www.mulher.df.gov.br
3425-4707 / 3961-1647

Secretaria
da Mulher



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL LTDA.

Empréstimos com as melhores taxas e prazos

- > Crédito rejuvenescimento
cirurgia plástica, correção e rejuvenescimento;
- > Crédito pessoal de curto prazo;
- > Crédito pessoal de médio prazo;

- > Crédito consignado
Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros do GDF;
- > Financiamento ou refinanciamento de automóveis;
- > Financiamento de imóveis;
- > Carta fiança;

Linhas de investimento com os melhores juros

- > Aplicação financeira;
- > Poupança férias
deposite mensalmente e
ganhe juros para a sua viagem;
- > Poupança programada;
- > Poupança Kid's
nós calculamos para você
o valor necessário para a
faculdade do seu filho;

Seguros de automóveis, vida,
residência e outros!

Financiamento para projetos e
prestação de serviço financeiro para
Cooperativas e Associações.

Os ganhos da cooperativa
aumentam o seu capital,
na COOSERVCREC O ASSOCIADO É DONO.

SHS Qd. 1 Bl. A Lj. 36/7 - Galeria do Hotel Nacional - www.cooservcred.com.br - Tel/Fax: 61 3226-3321



Pode deixar que a gente se preocupa por você!

A Proseg é uma corretora especializada com 25 anos de mercado e uma ampla carteira de produtos e serviços, que garantem mais do que a sua tranquilidade, eles garantem a segurança para que você tenha uma vida livre de preocupações.

Ligue agora mesmo e faça a cotação do seu seguro com a gente!

